VIA MUNDI

ISSN 1518-1227 Nº 10 OUTUBRO-DEZEMBRO – 2002

BOLETIM DE ANÁLISE DO ESTADO DA ARTE EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

SUMÁRIO

*O julgamento de Kissinger**

Virgílio Caixeta Arraes**

Nos últimos anos, o progressivo aumento global dos fluxos de toda sorte – idéias, mercadorias, capitais, pessoas – proporciona a sensação de que as barreiras nacionais tornam-se mais porosas, evidenciando a necessidade de novos instrumentos para o encaminhamento dos problemas da arena internacional. Dentre eles, a necessidade de um tribunal permanente, que pudesse julgar e punir os governantes que desrespeitassem valores considerados imanentes à humanidade, os quais estariam consagrados na Declaração Universal dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas, em 1948. Em 2002, ratificou-se o funcionamento do Tribunal Penal Internacional, criado quatro anos antes, que necessitou da aprovação de sessenta países para entrar em vigor. Com ele, espera-se a substituição dos tribunais *ad hoc*.

No entanto, as dificuldades para a concretização plena do respeito à Declaração encontram seus fundamentos na distribuição de poder entre os Estados, que é extremamente desigual, principalmente após o fim da Guerra Fria, uma década atrás, em que se estabeleceu um parâmetro novo de existência, qual seja a unipolaridade.

Desta forma, governantes de nações periféricas, em desacordo com os cânones ocidentais vigentes, atualmente, poderiam ser punidos, caso viesse a ser comprovada a não observância dos princípios consagrados há mais de meio século. No entanto, o fim do questionamento para a aceitação da vigência total de um tribunal sem jurisdições territoriais seria sua aplicação também a dirigentes do 1º Mundo, que transgredissem regras humanitárias na gestão do Estado e da guerra. O pessimismo ante a vigência e aplicação de normas mundiais ou de um poder judiciário universal é o retrospecto desolador em relação à punição de homens de Estado, principalmente do Ocidente, que estiveram do lado triunfante entre contendores.

Entretanto, se a possibilidade de apenar algum chefe militar ou político vencedor é escassa, restaria o instrumento do julgamento perante a história, sem efeito prático, mas de carregado simbolismo do ponto de vista moral. É isto que o profícuo polemista britânico, radicado nos Estados Unidos, Christopher Hitchens intenta realizar. Autor de inúmeros livros, o jornalista já colaborou com diversos veículos como *The Nation, Vogue, New Left Review, Vanity Fair, The Observer, Harper´s Magazine*, sendo sua marca a controvérsia. Já publicou trabalhos sobre diversas personalidades como Orwell, Clinton, Marx e Madre Teresa de Calcutá.

* Resenha de HITCHENS, Christopher. *O julgamento de Kissinger*. São Paulo: Boitempo, 2002, 189p. ISBN: 85 85934 98 0.

** Doutorando em História das Relações Internacionais do Departamento de História da Universidade de Brasília – UnB – e professor de Relações Internacionais do Instituto de Educação Superior de Brasília – IESB.

Desta feita, o alvo é o laureado Henry Kissinger[1], dono de vasta e consagrada biografia, em que se destacam passagens pelo exército americano durante a II Guerra Mundial, no setor de contra-informação, bacharelado e doutorado por Harvard, onde se tornaria seu professor. De lá, iria para a vida pública, ocupando cargos, dentre os quais, a chefia da Assessoria de Segurança Nacional e o Ministério das Relações Exteriores (1973-77). Receberia o Prêmio Nobel da Paz em 1973, pelas negociações relativas ao estabelecimento da paz no Vietnã. Somem-se a isto vários livros sobre política internacional, além de volumosas memórias. Comenta até hoje política internacional para a rede ABC e escreve periodicamente artigos para a imprensa.

Recentemente, o Presidente Bush nomeou-o chefe da comissão de investigação da atuação da segurança americana, com vistas a apurar o papel dos órgãos americanos ante o atentado terrorista de 11 de setembro de 2001, mas ele declinou, alegando conflito de interesse entre o papel da comissão e a assessoria que presta a diversas empresas. Mesmo sem cargos governamentais há vários anos, seu prestígio ainda é intenso: em 2002, o Presidente Fernando Henrique Cardoso quase o condecorou com a Ordem do Cruzeiro do Sul, mas Kissinger invocando imprevistos em sua agenda, não viajou ao Brasil[2].

Hitchens, no livro, discorda do lado 'oficial' da biografia de Kissinger; ao analisar seu papel no governo americano, salientando suas ações nas seguintes situações: Vietnã, 1968, onde ele teria atuado para adiar a celebração de um acordo de paz, que seria feito posteriormente pelos republicanos nos mesmos termos praticamente propostos anteriormente peles democratas; Camboja e Laos, 1969-70, onde teria havido bombardeios maciços não divulgados; Bangladesh, 1971, em que o General Khan teria efetuado um golpe de Estado, com a ajuda de armamento americano; Chile, 1973, onde o golpe de Estado teria contado com o apoio da CIA, a qual previamente desestabilizara o governo Allende; Chipre, 1974, teria apoiado o golpe de Estado para derrubar o Presidente Makarios; Timor Leste, 1975, recentemente independente, que seria anexado pela Indonésia, com o aval norte-americano, após libertar-se de Portugal. Em todas os episódios, a violência foi cotidiana, com a conseqüente morte de milhares e milhares de civis.

Para o estudioso da bipolaridade, o livro proporciona um quadro desabonador de uma das mais importantes personagens históricas do período. No entanto, apesar do papel de realce que Kissinger teve, ele se encaixou dentro de um sistema que permitiu sua atuação assim, ou seja, Kissinger jogou dentro das 'regras' vigentes no período da Guerra Fria, em que a vontade das duas grandes potências procurou impor-se sem limites, em claro detrimento das aspirações nacionais ou estatais de outrem, em função da busca insana pela ampliação da demarcação de fronteiras ideológicas, por que se digladiaram EUA e URSS durante quase meio século, com a vitória da primeira. Se foi de Pirro, apenas o tempo dirá.

---

[1] Hitchens não foi o primeiro a criticar as ações governamentais de Kissinger; em 1983, o premiado Seymour Hersh publicou *The price of power*. Hitchens reconhece a importância deste trabalho, p.180.

[2] Como destaca, no prefácio do livro, Giancarlo Summa, p.14.

O Oriente Médio e o Afeganistão – Um século de conflitos*

Cristina Soreanu Pecequilo**

Ao se ligar a televisão ou o rádio, ao se abrir um jornal, dificilmente não se irá encontrar uma reportagem sobre o Oriente Médio e seus conflitos. Atualmente, devido aos atentados de 11 de Setembro em 2001, também se agregou a este tópico a instabilidade da Ásia Central e da guerra do Afeganistão. Igualmente, Saddam Hussein e o fundamentalismo, o petróleo e as armas nucleares de Índia e Paquistão estão presentes em no imaginário. Assim, diariamente, confronta-se com uma grande quantidade de dados sobre estes Estados e regiões, nem sempre imparcial ou informada, revelando-se um grande desconhecimento sobre o assunto. A recente publicação de Vizentini visa preencher estas lacunas, ao oferecer uma reflexão equilibrada e isenta.

Seu livro atravessa todo o século XX em sua análise, projetando cenários para o novo milênio, organizando-se, ao longo de seus 9 capítulos, em torno de 5 eixos temáticos: uma introdução ao problema do Oriente Médio, os dilemas Israel e o mundo árabe, o núcleo Irã/Iraque, a Ásia Central e o papel do Ocidente na região. Tais eixos, à exceção do primeiro que se concentra nos capítulos iniciais, percorrem todo o texto, proporcionando uma visão complexa e abrangente dos fatos descritos. É clara a intenção do autor em explicar que episódios aparentemente isolados possuem uma relação em suas raízes, origens, causas e consequências. Neste cenário, Vizentini demonstra que a resolução de uma crise pode levar a caminhos diversos que não necessariamente a paz e a convivência mútua, mas a uma diferente volatilidade. Trata-se de uma situação altamente instável, que muitas vezes é alvo de manipulações políticas e estratégicas, ambições desmedidas e incompreensão. E, pelo menos do lado dos analistas, deve-se buscar escapar deste espiral de fatalismo e conformismo.

Logo no primeiro capítulo, pode-se perceber a preocupação do autor de delimitar claramente seu problema, evitando confusões terminológicas ou históricas. Aqui, o leitor é levado a se localizar geograficamente, definindo-se como os objetos de estudo o Oriente Médio, o norte da África e a Ásia Central. Além disso, são explicados termos muitas vezes utilizados incorretamente como sinônimos: árabes e muçulmanos. O primeiro é um conceito étnico-cultural, enquanto o segundo refere-se a um conceito religioso. O autor lembra, inclusive, que os maiores países muçulmanos não são árabes, citando a Indonésia e a Índia como exemplos. Este trecho avalia a evolução da região, passando rapidamente por seu auge e declínio, desencadeado a partir da penetração das forças externas, começando pela Turquia. Mais adiante, a decadência turca levaria ao desmembramento de seu império e a partilha de suas conquistas entre as potências ocidentais, Grã-Bretanha e França, no encerramento da Primeira Guerra Mundial. Em retrospecto, a queda do Oriente e o desencadeamento de conflitos e o desequilíbrio estão relacionados à interferência externa.

Tal equilíbrio seria ainda afetado significantemente pelo processo de imigração judaica ao Oriente Médio no início do século XX, levando a um progressivo tensionamento local entre estas novas populações e os árabes da Palestina, tema do segundo capítulo do livro. Nele, examinam-se a evolução da região diante desta transformação, a ação das potências externas Grã-Bretanha e França, somando-se os acontecimentos da Segunda Guerra Mundial e o nascente nacionalismo árabe. Neste contexto, analisam-se a partilha da Palestina e as negociações nas Nações Unidas entre 1947/8, que propunham a criação de dois Estados simultaneamente: o israelense e o palestino. Apesar de não ser a solução ideal, o plano da ONU oferecia uma chance de estabilidade, tendo sido aceito pelos israelenses. Contudo, o lado árabe recusou-o, levando a um cenário de impasse que culminou em 1948 com a proclamação do Estado de Israel. De acordo com Vizentini, esta opção, tomada em nome dos interesses palestinos, foi um erro, tendo sido motivada, na verdade, pela oposição à

* Resenha de VIZENTINI, Paulo Fagundes. *O Oriente Médio e o Afeganistão – Um século de conflitos*. Porto Alegre: Leitura XXI, 2002. 149p. ISBN: 85 86880 33 7.

** Doutora em Ciência Política pela Universidade de São Paulo – USP – e professora de Relações Internacionais do Centro Universitário Ibero-Americano – UNIBERO.

existência de um Estado judeu. Com isso, observou-se a continuidade da crise política e novos dilemas de cunho territorial e humanitário.

A criação e consolidação do Estado de Israel no pós-1948 teria como fundamentos a consolidação gradual de seu desenvolvimento, mas também a ajuda política, militar e econômica do ocidente, em especial dos EUA. Mesmo em meio à oposição e ao isolamento dentro do mundo árabe, o novo Estado conseguiria tornar-se uma potência local. Este caminho, entretanto, não seria simples, mantendo-se uma quase que permanente mobilização para a guerra em Israel, além dos conflitos que emergiriam nos anos 1950, em 1967, com a Guerra dos Seis Dias, e a do Yom Kippur, em 1973 (Israel X Egito/Síria). Apesar do desgaste político e diplomático, militarmente Israel acumularia inúmeras vitórias, permitindo o avanço de suas fronteiras, que seriam representativos de movimentos de defesa, visando a conquista de territórios e espaços que posteriormente serviriam como elemento de barganha. Já nos anos 1970, como demonstraram os Acordos de Camp David, a troca da terra conquistada por Israel pela paz com os árabes (entendida como ausência de agressão e reconhecimento da soberania do Estado judeu) estaria no núcleo das negociações. Os acordos de Oslo nos anos 1990 seguiram a mesma lógica, agora direcionados à resolução da questão palestina (Camp David firmou-se com o Egito de Sadat), tendo sido negociados por Rabin e Arafat. Igualmente, são examinados os casos de Síria, Líbano e Líbia e de países menores que, embora não sejam protagonistas, são essenciais na definição do equilíbrio das forças.

Em ambos os casos, Camp David e Oslo, a mediação dos EUA foi essencial para o sucesso das negociações. Todavia, padrão semelhante não se revela desde meados dos anos 1990, aumentando-se as tensões locais a partir do assassinato de Rabin, o crescimento dos conservadores e a ascensão de Ariel Sharon ao poder, o aprofundamento da Segunda Intifada e o avanço da direita americana. No momento, parece não haver condições favoráveis para a retomada das negociações, ainda que o tema do Estado da Palestina seja freqüente, ou seja, as condições anteriores, de esgotamento mútuo em 1973 e 1991, somadas ao interesse americano e pressões do mundo árabe para que os EUA tivessem uma posição mais equilibrada parecem distantes. Segundo Vizentini, em 1973, a OPEP, liderada pela Arábia Saudita, teria “incentivado” esta posição mediadora americana, e ocidental, a partir da crise do petróleo, aproveitando-se da *détente* e do enfraquecimento relativo da hegemonia. Até hoje, a Arábia Saudita é um pivô na região e, dadas suas oscilações, entre o conservadorismo pró-ocidente e o crescente fundamentalismo religioso, deve ser examinada cuidadosamente.

Este enfraquecimento da hegemonia americana permitiu o avanço do diálogo Norte-Sul, do movimento terceiro-mundista e não alinhado que haviam emergido na década anterior, proveniente do processo de descolonização afro-asiático e da multilateralização das relações internacionais. Com relação a este tópico, o livro examina os movimentos anti-coloniais no mundo árabe, detalhando o caso do Egito e do papel do General Gamal Abdel Nasser nesta autonomia e na barganha da Guerra Fria, examinando a Crise de Suez e as posteriores disputas por zonas de influência entre soviéticos e americanos. Mais ainda, o estudo apresenta uma avaliação do nacionalismo árabe e do discurso de unidade liderado também por Nasser e suas consequências no relacionamento para as sociedades árabes com Israel. Da mesma forma, são examinadas as alternativas a Nasser, como o Baas e os regimes monárquicos conservadores.

Inicialmente, tanto o regime de Nasser, como os de alguns de seus seguidores, seriam caracterizados por aspectos reformistas e laicos. Contudo, a premissa da transformação e da modernização social seria perdida ao longo do tempo, devido à sustentação autoritária, repressiva e corrupta dos governos. Além disso, seriam crescentemente vistos como submissos ao Ocidente, retomando um relacionamento colonial. Posteriormente, o ressurgimento da religião do Islã, e de suas visões fundamentalistas (mas não exclusivas dele), serviriam como elemento unificador das massas, levando à derrubada dos regimes. Segundo o autor, a Revolução Iraniana simbolizaria as contradições: uma revolução política modernizadora, porém sustentada em visões de mundo retrógradas, instrumentalizadas para a mobilização e criação de uma identidade popular.

Depois de analisar em detalhes a situação israelense e do mundo árabe, além de suas interações, Vizentini amplia o escopo de suas preocupações, avaliando questões relativas ao Irã-Iraque, Afeganistão e Ásia Central, percorrendo os eventos das décadas de 1980 e 1990. Na verdade, como já se mencionou no início, o livro é composto de diversos eixos que se repetem e são abordados em maior ou menor intensidade em capítulos específicos, sem perder de vista o quadro global dos acontecimentos. No caso, ainda que o dilema de Israel não seja o foco central destes itens, ele é abordado em menor escala com o exame das tensões com o Líbano, indicando-se tópicos relativos à guerra e à tensão da equação palestina

como mencionado anteriormente (o eixo Israel/mundo árabe é o núcleo dominante dos capítulos 2, 4, 7 e extenso trecho do 9).

Começando pelo tópico Irã-Iraque, o autor avalia os desenvolvimentos particulares destas duas nações, abordando desde a Revolução Iraniana de 1979 até a Guerra Irã-Iraque (a Primeira Guerra do Golfo) e seus efeitos no equilíbrio regional e na política interna e externa destes dois países chaves. A seguir, apresenta-se um estudo a respeito da Segunda Guerra do Golfo, ainda tendo como protagonista o Iraque, o Kuwait e os EUA. Também são examinados os interesses e implicações da contínua intervenção ocidental – notadamente americana – e o peso do petróleo como elemento estratégico. Tal intervenção sofreria alterações com o final da bipolaridade, levando a um novo padrão de engajamento.

O pós-Guerra Fria seria responsável, a partir da desmontagem do antigo império soviético, pelo surgimento de novos Estados autônomos, em particular na Ásia Central, como o Cazaquistão e o Turcomenistão. A dinâmica destes Estados é bastante incerta, aprofundando os dilemas do Cáucaso ou, conforme o termo de Brzezinski, do Arco das Crises. A maioria das ex-repúblicas soviéticas manteria sua relação com Moscou, assim como suas antigas estruturas e figuras administrativas, enquanto outras passarão por um processo de reforma profunda e questionamentos sociais, políticos e étnicos. Como denominador comum, os Estados recém-criados enfrentariam inúmeras dificuldades para sua sustentabilidade, sendo objeto de interesse externo, explicado pelas reservas de matérias primas existentes e possibilidades renovadas de projeção de poder. Estes elementos, antes sob o controle soviético, são almejados principalmente pelos EUA, que intensificam sua expansão regional, ao buscar o domínio da Eurásia.

Assim, a preocupação americana antecede a atual guerra contra o terrorismo detonada por 11/9 (evento analisado em separado), sustentando-se por motivações semelhantes às disputas entre as grandes potências do século XIX. A possível nova guerra contra o Iraque também se insere nesta mesma lógica. Na verdade, segundo Vizentini, 11/9 e a guerra contra o terrorismo apenas aceleraram movimentos de reordenamento de poder, permitindo um reposicionamento dos EUA. Ainda que o ineditismo dos atentados tenha sido real, assim como o novo foco que trouxe para os perigos transnacionais (havendo uma interessante discussão sobre o conceito de terrorismo) e os chamados Estados falidos, apresentando-se análises e dados pouco conhecidos sobre o Afeganistão, Paquistão e Índia, seus efeitos não representaram a mudança profunda que muitos anunciaram (e desejaram). Igualmente, são discutidos aspectos relacionados ao choque de civilizações e da relação ampla entre o Ocidente e a região e também entre os principais atores locais.

Por fim, há de se mencionar a importância da cronologia, dos dados estatísticos e tabelas descritivas da situação social, política, econômica e estratégica dos países estudados e os mapas. Trata-se de um trabalho bastante didático, sem preconceitos ou radicalismos, postura essencial ao se lidar com tema tão complexo e passional. Desta maneira, sua leitura é recomendada não só a estudantes de Relações Internacionais, mas a qualquer pessoa interessada em conhecer, mas, essencialmente, em compreender, crítica e imparcialmente, os conflitos desta região. E, parafraseando o autor, uma região na qual a paz é uma necessidade, só que nem sempre uma possibilidade.

O que é Via Mundi

O Boletim *Via Mundi* é uma publicação digital de periodicidade trimestral editada pelo Departamento de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (REL-UnB) e veiculada exclusivamente em *RelNet* – Site Brasileiro de Referência em Relações Internacionais, iniciativa conjunta do REL-UnB e da Fundação Alexandre de Gusmão, vinculada ao Ministério das Relações Exteriores do Brasil (FUNAG-MRE), com o objetivo de congregar a comunidade brasileira de relações internacionais em torno da oferta pública e gratuita de serviços de informação e de pesquisa (disponível em http://www.relnet.com.br).

*Tempos interessantes: uma vida no século XX**

Roberto Di Sena Júnior**

Eric J. Hobsbawm, historiador britânico de escol, adquiriu maior notoriedade internacional com a publicação, em 1994, de *A Era dos Extremos: o breve século XX, 1914-1991*. Além desta célebre obra, que é certamente sua publicação de maior êxito, constam de seu vasto currículo livros como: *Rebeldes Primitivos*, 1959; *A Era das Revoluções: 1789-1848*, 1962; *Indústria e Império*, 1968; *A Era do Capital: 1848-1875*, 1974; *A Invenção das Tradições*, 1983; *Os Trabalhadores e os Mundos do Trabalho,* 1984; *A Era dos Impérios: 1875-1914*, 1987; *Ecos da Marselhesa: dois séculos revêem a Revolução Francesa*, 1990; *Nações e Nacionalismo desde 1780*, 1990; *Estratégia para a Esquerda Racional,* 1991; *História Social do Jazz*, 1992; *Sobre História*, 1998 e *O Novo Século: entrevista a Antonio Polito,* 2000, dentre outros.

Muitos dos primeiros livros escritos pelo britânico não foram traduzidos para o português. Seus mais recentes trabalhos, entretanto, podem ser facilmente encontrados nas livrarias nacionais, inclusive a mais recente publicação, a sua autobiografia. A primeira questão a ser superada por ele ao escrever uma obra de natureza autobiográfica é: por que alguém leria a autobiografia de um historiador erudito que não se enquadra na categoria de celebridade internacional (no sentido artístico-pop em que a expressão é ordinariamente empregada), nem tampouco nas de estadista ou filósofo responsável por mudanças substanciais nos rumos da política internacional ou das ciências?

Hobsbawm responde a essa indagação já no prefácio de sua obra, no qual busca também esclarecer o enfoque adotado nela. Justifica-se ao afirmar que o livro trata basicamente de suas idéias, atitudes e ações e como elas foram moldadas pelo ambiente geográfico, político e cultural em que ele nasceu, viveu e consolidou-se como intelectual comunista respeitado internacionalmente. Sua autobiografia, portanto, não se propõe a fazer um panegírico de sua genialidade, mas, sim, relatar fatos dos quais ele participou ou presenciou, que fazem parte da história do século XX, "o século mais extraordinário e terrível da história da humanidade"[1].

Seu mais recente livro, portanto, narra de forma clara, precisa, descontraída e intimista os grandes momentos que marcaram o século XX, vividos, em grande parte, pelo próprio autor. Nascido em Alexandria, Hobsbawm foi morar em Viena logo após o término da I Guerra Mundial (1914-18) e a fragmentação do Império Austro-Húngaro. Passou a infância na terra natal de sua mãe, onde enfrentou as dificuldades econômicas do pós-guerra e testemunhou importantes transformações sociais, bem como a ascensão do nazismo.

Relata que sua condição de estrangeiro na Áustria ofuscou o fato dele ser judeu e comunista. Sua convicções políticas, entretanto, somente passaram a influenciar suas ações quando, em 1931, ele se mudou para Berlim e foi recrutado por Rudolf Leder para a organização comunista *Sozialistischer Schülerbund* – Federação Socialista de Estudantes. Antes de retornar ao Reino Unido em 1933, Hobsbawm testemunhou em Berlim o triunfo eleitoral dos nazistas em 1932, o fortalecimento do Partido Nazista, o recrudescimento do anti-sionismo, o incêndio do Reichstag, a nomeação de Hitler como Primeiro-Ministro, o colapso da República de Weimar e o rearmamento do país. Já em Londres, acompanhou a Guerra Civil Espanhola (1936-39), a anexação da Áustria – *Anschluss* – e a eclosão da II Guerra Mundial.

Ele explora, com riqueza de detalhes, essa época marcante de sua vida e de crucial importância para a história universal. Em seguida, no capítulo intitulado "Ser comunista", narra as experiências de ser comunista militante antes e durante a II Guerra Mundial e no período de "caça às bruxas", durante a Guerra Fria. Apesar de bastante extenso, a obra consiste num livro instigante pelo fato de narrar, de uma perspectiva única, os acontecimentos que marcaram o século passado. Guerras mundiais, colapso de impérios, descolonização, construção e derrubada do Muro de Berlim, Guerra Fria, militância comunista, perseguição

---

* Resenha de HOBSBAWM, Eric.
Tempos interessantes: uma vida no século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 2002,482p. ISBN: 85 35903 00 3.

* Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN – e mestre em Direito e Relações Internacionais pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Professor de Direito e Relações Internacionais da Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI.

[1] HOBSBAWM, op. cit, p.11

política, ocidentalização do mundo e globalização não são apenas conceitos ou fatos presentes em livros de história, são acima de tudo lembranças da infância, adolescência e maturidade de Hobsbawm.

Certamente, o livro poderia ter sido encurtado: os capítulos 14 – Sob o Cnicht – e 19 – *Marseillaise*, por exemplo, são completamente dispensáveis, por serem temas de interesse estritamente pessoal do autor. A leitura pode tornar-se cansativa em alguns momentos, mas o mérito da obra permanece, ao brindar os leitores com uma análise intimista, porém técnica, de fatos vivenciados. Para os estudantes e profissionais das Relações Internacionais, a leitura contribui tanto para o aprofundamento dos conhecimentos sobre história universal, quanto para a compreensão de fatos que determinaram os rumos da política internacional, que lançaram as bases sociais, culturais e econômicas do mundo em que se vive atualmente. Os capítulos 18 – Na aldeia global –, 21 – Terceiro Mundo – e 22 – De FDR a Bush – são extremamente ilustrativos disso e atestam a capacidade de análise de um historiador e intelectual que, apesar dos 85 anos de idade, mantém a lucidez e o espírito crítico que caracterizaram vida e obra.

Guerra e cooperação internacional*

Carlos Eduardo Vidigal**

"(...) guerra e cooperação não são elementos que se excluem." A observação de Borges de Macedo resume sua concepção a respeito de dois dos temas mais relevantes nos estudos das relações internacionais. Temas que, segundo o autor, têm recebido um tratamento desigual dos estudiosos, tanto em termos axiológicos, como em número. Enquanto a cooperação é tratada de forma positiva, com inúmeros pesquisadores que se dedicaram a ela nas últimas décadas, a guerra se apresenta como uma realidade "feia" e os trabalhos produzidos pelos internacionalistas, além de numericamente pouco significativos, ocupam-se mais das causas e dos efeitos dos conflitos do que dela guerra propriamente dita.

Preencher uma lacuna nos estudos da área de Relações Internacionais e realizar uma nova leitura de textos clássicos, notadamente os de Clausewitz, à luz das contribuições teóricas contemporâneas, foi a motivação básica de guerra e cooperação internacional. Borges de Macedo propôs-se a examinar a fórmula clausewitziana – A guerra como continuação da política por outros meios - em condições de interdependência complexa. Para tanto, desenvolveu sua argumentação em 3 capítulos muito bem balanceados: I) a naturalidade e a instrumentalidade da guerra; II) interdependência complexa; e III) a guerra e as instituições.

Os parâmetros epistemológicos utilizados foram explicitados já na introdução: a perspectiva realista do estudo da política, o axioma de que a política corresponde à arte de "conquistar e preservar poder", a valorização das concepções de Maquiavel e Clausewitz. "Clausewitz é Maquiavel", na expressão do autor. O contraponto à perspectiva realista, que poderia ser proporcionado pela "interdependência complexa", é desde logo contornado, ao salientar que o institucionalismo de Keohane e Nye também é um realismo, ou seja, fundamentam a cooperação em cálculos utilitários de interesses egoístas. Com tais pressupostos, a guerra, que em geral é vista pelos internacionalistas como uma exceção à normalidade das relações internacionais, aparece como sua parte integrante.

O autor procurou provar que a guerra não é uma "doença" que acomete os Estados, nem o resultado de uma mente insana, mas " (...) um dos instrumentos postos à disposição dos homens de governo, uma das formas pela qual se manifesta a política" (p.23).

* Resenha de BORGES DE MACEDO, Paulo Emílio V. *Guerra e cooperação internacional*. Curitiba: Juruá, 2002, 194p. ISBN: 85 362 0270 X.

** Mestre em História pela Universidade de Brasília – UnB – e professor de Relações Internacionais do Instituto de Ensino Superior de Brasília – IESB.

O caminho trilhado foi o da confrontação de duas visões antagônicas: o irenismo de Erasmo de Roterdã e a concepção criadora da guerra de Max Sheler. Do confronto, emergem as idéias de Clausewitz e confirmação de que a guerra é a "continuação da política por outros meios" e que o é em dois sentidos: " (...) primeiro, a arte da política não desaparece com a guerra e, segundo, a guerra constitui um dos instrumentos (...) para implementar objetivos políticos"(p.70).

O passo seguinte foi analisar o instrumental teórico da "interdependência complexa", para verificar a validade das concepções de Clausewitz. A teoria institucionalista, compreendida como uma sofisticação do debate gerado pelo realismo, reafirma o caráter anárquico e conflituoso das relações internacionais, mas destaca sua instabilidade, que exige a cooperação. A cooperação, porém, pode gerar ganhos assimétricos e mesmo servir à política externa de Estados hegemônicos.
A evolução das relações internacionais nas últimas décadas caracterizou-se pelo reforço do papel dos organismos internacionais e tornou-se mais "racional", porém não eliminou a força militar como último recurso. Dessa forma, a guerra integra e é um elemento "natural" da política internacional.

Por fim, o autor desenvolveu uma análise dos efeitos da "guerra como continuação da política por outros meios" em condições de interdependência complexa, para verificar se a tese da sua naturalidade/ instrumentalidade persiste em um cenário que enfatiza a cooperação. Sua conclusão é que a guerra continua sendo, em um sistema de dependência complexa, um modo válido e normal de implementação de objetivos políticos, que seriam, então, a imposição da vontade da potência vitoriosa e o estabelecimento de um novo padrão de cooperação. Após um conflito, o Estado que não soubesse fazer uso da assimetria militar para "obter melhores termos de cooperação na barganha", arriscaria "perder" a guerra, embora tivesse saído vitorioso dos campos de batalha. Tanto realistas quanto institucionalistas sustentam que a guerra constitui um importante trunfo para uma bem-sucedida negociação diplomática.

É uma obra necessária para um aprofundamento teórico a respeito da guerra e da cooperação. A releitura das obras de Maquiavel, Clausewitz, Max Scheler e outros, ao lado da análise detalhada e atenta da produção de Keohane e Nye, constituem importantes aportes para o tratamento jurídico de temas tão decisivos como aqueles tratados pelo autor. Porém, a força do texto revela também seus limites, decorrentes dos pressupostos adotados e da opção por uma corrente teórica ligada essencialmente aos estudos norte-americanos das relações internacionais.

Embora tenha realizado escrupulosamente a tarefa que se propôs, que é adequada à área do Direito, a reflexão teórica desenvolvida efetiva uma radical separação da política de outras áreas do conhecimento e, por isso, não leva em consideração os interesses econômicos, financeiros e ideológicos presentes no cenário internacional, que muitas vezes são decisivos para a eclosão de conflitos. Caberia neste caso perguntar o que instrui a "imposição da vontade da potência vitoriosa"? Que interesses estão concretamente em jogo nos conflitos internacionais? Ou então, quais as potências que estão em condições de vencer uma guerra e impor sua vontade?

Tais questões, situadas fora do escopo privilegiado pelo texto, poderiam levar a um questionamento dos pressupostos adotados. Porém não invalidariam a análise desenvolvida e a reafirmação de uma idéia algo esquecida: a do conflito como parte integrante das relações internacionais. Aqueles que têm se dedicado fundamentalmente aos esforços de cooperação, que adotam uma visão excessivamente normativa das relações internacionais teriam que, diante da obra de Borges de Macedo, refinar seus argumentos.

Como publicar Resenhas e Artigos de Resenhas em *Via Mundi*

Os arquivos com resenhas simples para o Boletim Via Mundi devem conter em torno de 75 linhas e os com artigos de resenhas devem conter até 180 linhas (ou 6 páginas) digitadas em Word 2000 (ou compatível), espaço 1,5, tipo 12. A identificação do livro deve conter o nome completo do autor, título e subtítulo, cidade da edição, editora, ano e número de páginas. As contribuições devem conter a vinculação institucional e a titulação do resenhista. Os arquivos devem ser enviados para editoria@relnet.com.br, indicando na linha Assunto "Contribuição para *Via Mundi*".

*Relações Internacionais. Dois séculos de História**

Thiago Gehre Galvão**

Esta obra compõe um dos dez volumes da coleção Relações Internacionais, a partir de uma parceira entre a FUNAG/MRE, IBRI e PETROBRAS. Por sua abrangência histórica, foi separada em dois volumes, tendo como marco divisor o período imediatamente posterior à II Guerra Mundial, que iria ser denominado de Guerra Fria. O primeiro volume abrange a história das relações internacionais, desde o Congresso de Viena de 1815 até a Segunda Guerra Mundial (1939-45); Já o segundo, aprecia as principais mudanças que se operaram na cena internacional no período posterior a 1947, em que pesem as imperfeições inerentes ao "rígido" período da Guerra Fria, bem como as repercussões do fim do socialismo e da queda da URSS, ao final da década de 1980.

O seu objetivo é fornecer um melhor entendimento acerca das relações internacionais de ontem e de hoje, por meio da memória histórica e com enfoque, sobretudo, em momentos de crise como as duas grandes guerras mundiais que assolaram a Europa ou os processos de descolonização africano e asiático, tão traumáticos quanto decisivos para a formação do 3º Mundo.

Não obstante ter o caráter de obra síntese, isto não significa a mera reprodução do pensamento dos autores das mais importantes escolas européia e norte-americana em relação à periodização adotada. Pelo contrário, os autores demonstram que já existe uma escola brasileira consolidada e com pensamento próprio quando o assunto é Relações Internacionais. Neste sentido, Saraiva alerta para o fato de que uma das limitações das obras européias recentes é a sua pouca percepção do conjunto das relações internacionais nos dois hemisférios. Por isso, a obra é complementada pelas reações positivas e negativas dos países das Américas, África e Ásia, com relação à expansão da sociedade internacional européia e ao condomínio de poder americano-soviético.

No primeiro volume, o capítulo introdutório é dedicado à apreciação das escolas de relações internacionais, com destaque para a vertente inglesa, representada pela figura de Adam Watson, e a vertente francesa, com as figuras proeminentes de Pierre Renouvin e Jean-Baptiste Duroselle. A história propriamente dita se inicia no capitulo 2, escrito por Cervo, tendo como fio condutor a formação e expansão do mundo liberal ao longo do século XIX. Döpcke trata, posteriormente, do período que vai de 1871 a 1918, desde a ascensão de Bismarck até a eclosão da primeira guerra mundial. Depois, Cervo esmiúça o período entre guerras e as forças profundas que levariam à eclosão da II Guerra. Por fim, Saraiva dedica-se ao conflito mundial e à gestação de uma nova ordem internacional, eminentemente bipolar, contrapondo Estados Unidos e União Soviética.

No segundo volume, Saraiva, Almeida e Cervo analisam o período que vai de 1947 a 1989, já sob um ambiente de tensões múltiplas, corrida armamentista – inclusive nuclear - e espacial e crises constantes envolvendo as duas superpotências e a periferia do sistema internacional. Estes foram aspectos inerentes aos anos da Guerra Fria, mas que, longe de ter sido um período homogêneo, teve características que marcaram momentos específicos, que corroboraram uma constante flexibilização do bipolarismo.

Saraiva se atém às primeiras décadas do pós-guerra, ao dividi-lo em 3 períodos bem característicos: o primeiro, da 'quente' Guerra Fria entre 1947 e 55; o segundo, denominado de coexistência pacífica (1955-68) pelo surgimento de 6 grandes movimentos que levaram à flexibilização do condomínio de poder americano-soviético; e o terceiro, entre 1969-79, que foi caracterizado pela *détente* e por 4 grandes forças que colocaram EUA e URSS em rota de concertação, sobretudo pelo controle dos armamentos, transfigurados pelos planos SALT – *Strategic Arms Limitation Talks* - I e II.

Mais adiante, o livro debruça-se sobre as décadas de 1980 e 1990, com destaque para o recrudescimento da Guerra Fria, exemplificado pelos episódios da invasão do Afeganistão pela URSS e pelo projeto norte-americano de um escudo antimíssil (Guerra nas Estrelas). Além disso, Almeida apresenta os fatores que levaram ao declínio da União Soviética e as mudanças que, em conseqüência, se operaram na cena

* Resenha de SARAIVA, José Flávio, org. *Relações Internacionais. Dois séculos de História*. Brasília: IBRI, 2001. 2v, 264p; 210p. ISBN: 85 88270 02 1; 85 88270 03 X.

** Mestrando em História das Relações Internacionais do Departamento de História da Universidade de Brasília – UnB – e professor de Relações Internacionais do Instituto de Educação Superior de Brasília – IESB.

internacional depois de 1989. Destaque para os avanços da economia globalizada, das crises financeiras e a evolução do comercio internacional.

Para finalizar, Amado Cervo apresenta as dificuldades que se impõem para a formação de uma ordem verdadeiramente global, enfocando as mudanças da cena internacional da década de 1990, onde 3 fenômenos têm destaque: a globalização, a regionalização e os processos de integração e o novo papel dedicado ao Estado-nação. São fenômenos que atuando diretamente na política internacional de segurança assim como na expansão dos negócios se mostram como forças capazes de moldar uma nova ordem internacional.

É uma obra chave para aqueles que se dedicam ao estudo das relações internacionais e para todos aqueles que querem compreender a realidade atual. Como afirma Saraiva, "o valor da história provê sentido, movimento e racionalidade ao presente. A contribuição do passado é assim, elemento constitutivo da compreensão do presente e do domínio do futuro.", v.1, p.262.

Nota aos Autores de Livros e Editoras

O Boletim *Via Mundi* é alimentado pelas contribuições autônomas de professores, pesquisadores, estudantes de graduação e pós-graduação e profissionais ligados à área, que produzem resenhas e artigos de resenhas sobre os últimos livros publicados no Brasil e no exterior sobre assuntos de interesse para a área. Além disso, o Boletim *Via Mundi* conta com a colaboração permanente de um corpo de professores e estudantes de mestrado e doutorado dos Departamentos de Relações Internacionais e de História da Universidade de Brasília, que produzem constantemente resenhas sobre a produção bibliográfica recém-lançada no mercado editorial brasileiro. Se a sua editora deseja ver os lançamentos da área de relações internacionais e áreas conexas resenhados e divulgados em *Via Mundi*, envie pelo menos um exemplar para o seguinte endereço:

RelNet – Site Brasileiro de Referência em Relações Internacionais
Boletim *Via Mundi*
Departamento de Relações
Internacionais – Universidade de Brasília
Caixa Postal 04359
Brasília – DF – 70910-970
Brasil

*Globalismo e inteligencia política**

Carlos Augusto Rollemberg de Resende**

Orozco e Dávila são professores da Universidade Nacional Autônoma do México, na qual ele lidera um projeto de pesquisa denominado "O Pragmatismo e a Inteligência Política Global". O presente livro é composto por trabalhos de pesquisadores desse projeto. O marco de análise predominante desses trabalhos encontra-se no primeiro livro da coleção: *De Teólogos, Pragmáticos y Geopolíticos. Aproximación al globalismo norteamericano*, do próprio Orozco.

Os trabalhos foram distribuídos em 3 partes. Na primeira, estão os que tratam sobre o pensamento político norte-americano, destacando os pensamentos de Rawls, Lindblom e Huntington. Na segunda, discute-se a disseminação do pensamento político dos Estados Unidos, o uso da Internet e a ação dos *Think Tanks.* Na terceira, debatem-se as relações bilaterais do México com os Estados Unidos.

No primeira parte do livro, discute-se o liberalismo norte-americano contemporâneo. Partindo-se da afirmação de que Rawls revitalizou a teoria liberal, procura-se debater se há ou não uma concepção de bem comum no liberalismo. São contrapostos argumentos de Rawls às críticas comunitárias e estas às respostas de Rawls e outros, como William A. Galston. Conclui-se que, embora os liberais tenham desenvolvidos as linhas de argumentação mais consistentes e complexas, o debate acadêmico é um tanto artificial, uma vez que desde a independência dos Estados Unidos o liberalismo é a linguagem política dominante nesse país. Mesmo com a concepção de bem comum de Galston, a partir das virtudes liberais, considera-se que nem os liberais, nem os comunitários conseguiram articular tal concepção.

Segue-se o trabalho sobre Lindblom, a racionalidade e a pluralidade na política. Discorre-se sobre poliarquia, conceito de Lindblom e Dahl; a definição de democracia para Schumpeter; diferencia-se classe governante de elite no poder; o pluralismo social, característica dominante do sistema político dos Estados Unidos; e estes têm sido uma democracia de massas. O pluralismo é caracterizado pela existência de elites no poder; pelo controle mútuo entre elites e massas; pela garantia de equilíbrio entre governo, sociedade e mercado; e por proporcionar uma maior racionalidade à política.

O texto que encerra a primeira parte é sobre Huntington, tido como intelectual orgânico da superpotência mundial e conservador. Para Huntington, o êxito do NAFTA está na capacidade do México em redefinir-se culturalmente, passando de um país latino-americano a um norte-americano. São discutidos os principais livros do pensador americano, nos quais estão suas idéias de democracia, Ocidente e os Estados Unidos. Principalmente, a questão da democracia ser um fruto do Ocidente; o fato de Huntington usar o México como exemplo em seus livros e sua visão sobre o ordenamento internacional, no qual há espaço para uma superpotência – os Estados Unidos – e potências regionais.

A segunda parte começa com o texto sobre Internet. A partir das idéias de Habermas, discute-se o papel da Internet na discussão e participação nos problemas das sociedades globalizadas, as restrições econômicas para a participação nesse espaço de debate público e a possibilidade de mídias nacionais terem alcance global. Com o nascimento de comunidades virtuais, relacionando-se globalmente, ressalta-se que a esfera pública transborda as fronteiras do Estado, como a repercussão internacional de fatos locais. Levantam-se os problemas da Internet trazer maior participação ou maior desinteresse; os impactos na linha que separa a esfera pública da privada e a falta de identidade na transmissão de informações, uma vez que esta poder ser ocultada.

O segundo trabalho debate o que Nye conceitua de poder brando, com o qual os Estados Unidos promovem a universalização dos valores liberal-democráticos e o equilíbrio de poder norte-atlântico. Os Estados Unidos usam a democracia como ferramenta para abrir mercados e destruir o paternalismo nacionalista e, em seu conceito estrito, é uma congruência discursiva histórica de sua política externa. O globalismo é a grande estratégia liberal norte-americana para criar um ordenamento mundial liberal estável e pacífico, uma fase superior ao imperialismo e, para

---

* Resenha de OROZCO, José L, DÁVILA, Consuelo, orgs. *Globalismo e inteligencia política.* Barcelona: Gedisa, 2001, 221p. ISBN: 84 7432 866 7.

** Bacharelando em Relações Internacionais da Universidade de Brasília – UnB e editor assistente de RelNet – Site Brasileiro de Referência em Relações Internacionias.

isso, há a globalização, ou seja, a prática do poder brando dos Estados Unidos, que visa garantir a universalidade democrática. A OTAN é uma forma dos Estados Unidos compartilharem os custos e as responsabilidades da difusão dos valores democrático-liberais, do globalismo americano e o novo equilíbrio de poder no Atlântico Norte visa à manutenção da ordem liberal. Os Estados Unidos promovem um imperialismo intelectual, responsável por um padrão de pensamento que garante o ordenamento internacional ao legitimar ou não os pensamentos. Então, os países seguirem as idéias políticas americanas, pois ser diferente do modelo liberal-democrático seria perigoso para a hegemonia estadunidense. A América Latina possuiria a tendência histórica de copiar modelos políticos e econômicos da Europa e dos Estados Unidos e, nesse sentido, discute-se a idéia de Fernando Henrique Cardoso, sobre a Terceira Via ou Social-Democracia. Esta é uma articulação entre o liberalismo e um política social avançada, ou seja, uma alternativa dentro do padrão liberal.

O último texto da segunda parte discorre sobre os *Think Tanks.* Relaciona-se a idéia do intelectual orgânico, de Gramsci, com os analistas políticos e econômicos da atualidade. Os *Think Tanks*, as novas instâncias intelectuais, produzem o intelectual corporativo, que é o financiado pelo grande capital. Representam a institucionalização das relações entre especialistas e o Executivo, já que são uma resposta a uma necessidade prática, a de ocupar o vazio entre os teóricos acadêmicos e o governo. Responsáveis pela difusão internacional das idéias liberal-democráticas estadunidenses, os *Think Tanks* participam na promoção da globalização. Dá-se atenção para os problemas de difusão das idéias dos intelectuais latino-americanos, que estão restringidos a um pequeno grupo de colegas e alunos. As fugas de intelectuais para os Estados Unidos devem-se aos privilégios de se trabalhar nos *Think Tanks*, ou seja, a garantia de recursos e de difusão. A multiplicidade de *Think Tanks* demonstra que a venda de idéias é negócio milionário nos Estados Unidos e os exemplos de vendagem são Francis Fukuyama e Samuel Huntington. Os *Think Tanks* promovem a difusão de idéias de autores dos Estados Unidos, mas há pouco espaço para os da América Latina, o que gera um colonização intelectual e a necessidade de alternativas para não ocorrer a diáspora de intelectuais para os Estados Unidos.

O primeiro dos dois textos da última parte trata de segurança nacional e os problemas do narcotráfico. A globalização e o livre comércio promovem a redução das funções e conseqüente debilidade do Estado-nação. O narcotráfico, além de ser um perigo sem antecedentes comparáveis, traz o problema da intervenção estrangeira em jurisdição soberana, já que as políticas de combate estão sob influência hegemônica dos Estados Unidos. Critica-se duramente a política antinarcóticos americana por ser racista e descoordenada. O narcotráfico é um perigo menor à segurança nacional dos Estados Unidos em relação à América Latina, devido à debilidade destes Estados. Há intervenção estadunidense nas soberanias de outros Estados em nome da segurança coletiva e essa política piora a situação da América Latina.

O último trabalho é uma análise de política comparada entre Estados Unidos e México. A primeira convergência nas políticas exteriores americanas e mexicanas é o pragmatismo adotado por ambas. E esta é caracterizada por uma política exterior crescentemente economicista pelo fato de os dois governos sacrificarem objetivos de longo prazo para a obtenção de benefícios imediatos; pelo duplo objetivo de satisfazer os interesses de grupos internos e assegurar a cooperação internacional; por ambos os governos aceitarem a criação de regimes internacionais, como o NAFTA e pela supremacia dos dois presidentes no processo de tomada de decisões. Os Estados Unidos são um fator decisivo e determinante na política externa do México, que ocupa um papel cada vez mais estratégico na política exterior americana. Isso porque o Estados Unidos querem manter seu vizinho estável política e economicamente, além de considerá-lo uma ponte para a América Latina; por outro lado, o México quer assegurar a cooperação americana e ao mesmo tempo mostrar certa autonomia relativa. Embora haja objetivos comuns entre ambos, algumas políticas são conflitantes, como no caso do narcotráfico e afirma-se que Washington utiliza instrumentos diplomáticos coercitivos para garantir seus interesses. Mesmo com os conflitos sobre como agir quanto à migração e ao narcotráfico, as políticas exteriores dos dois países apresentam mais similaridades que diferenças e uma conseqüência de haver mais similaridades é o NAFTA.

*A grande ilusão**

Rogério de Souza Farias**

Since wars begin in the minds of men, it is in the minds of men that the defences of peace must be constructed – UNESCO, 1946.

Guerra e paz: estas duas variáveis tem absorvido a atenção de todos que pensam o funcionamento do sistema interestatal (vestfaliano) há pelo menos 3 séculos, constituindo a sua principal dinâmica de estudo. O século XX, por exemplo, foi absorvido pela variedade de causalidades e explicações que proporcionaram uma riqueza qualitativa de estudos que foi convertida em vários "debates", que refletem o próprio desenvolvimento da disciplina das Relações Internacionais.

Notadamente no período compreendido entre o final do século XIX e o início da I Guerra mundial, observa-se o avanço de duas correntes antagônicas sobre essa problemática: a primeira defendia a guerra em nome de vantagens econômicas que proporcionaria ao vencedor; outros, da mesma corrente, como um antídoto contra o vírus do materialismo consumista; por fim, aqueles que a justificavam em termos biológicos ou finalistas[1] - como um elemento de ordem divina do mundo.

Na outra perspectiva, estavam algumas instituições e intelectuais que, nutridos de espírito quase religioso, encampavam frentes contra o militarismo, quase sempre apostando no desarmamento e na fraternidade das nações[2]. Muitas destas tinham como premissa um "transplante da racionalidade democrática da esfera nacional para a internacional"[3] e uma conseqüente harmonia de interesses deduzida dessa premissa.

A exposição acima é o reflexo da própria auto-imagem da disciplina de Relações Internacionais em que se intuí, na maioria das vezes, uma orientação da análise do campo de estudos em uma divisão rígida entre essa última perspectiva e o subseqüente pensamento realista do pós II Guerra. No entanto, essa visão do desenvolvimento da disciplina está sendo cada vez mais criticada por estudos que apontam para uma pluralidade de visões e abordagens, que extrapolam este modo tacanho e simplório, que não consegue reter considerações mais densas dos reais componentes do desenvolvimento dos problemas analisados por esse campo de estudos[4].

Por que isso aconteceu? Observa-se hoje que grande parte se deve às teses de grandes *scholars* da disciplina que, ao utilizar uma auto-imagem "realista", advogavam a predominância de uma corrente "idealista" e "utópica" em termos claramente pejorativos até o período anterior à II Guerra, colocando sob esse título, portanto, uma grande variedade de leituras do pré I Guerra Mundial. A grande conseqüência foi a compreensão equivocada de vários trabalhos que, sob essa denominação, eram entendidos como algo diferente dos seus propósitos, perdendo até os reais significados de suas teses, que eram distorcidas para se estruturarem nessa divisão arbitrária.

A Grande Ilusão foi um destes. Apesar de ter tido enorme repercussão, as suas idéias foram e são colocadas na perspectiva idealista das relações internacionais[5] por vários "realistas"

---

* Resenha de ANGELL, Norman. *A grande ilusão*. Brasília: Universidade de Brasília; Instituto de Pesquisas em Relações Internacionais; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002, 312p. ISBN: 85 7060 089 5

** Bacharelando em Relações Internacionais da Universidade de Brasília – UnB e editor assistente de RelNet – Site Brasileiro de Referência em Relações Internacionais.

[1] TUCHMAN, Barbara. *A torre do orgulho: um retrato do mundo antes da Grande Guerra: 1890-1914*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, p.358. A autora observa que essa tendência geralmente afirmava que "a guerra era um conflito no qual a raça mais forte e superior sobrevive, provocando assim o avanço da civilização" sendo a "paz a causadora da estagnação e da decadência e a esperança de uma paz perpétua era não só impossível como também, imoral".

[2] Acreditava-se efetivamente em que uma nova guerra seria moralmente impossível porque "os homens haviam perdido algo da sua primitiva selvageria e desprendimento pela vida" além de fisicamente impossível, porque " (...) as novas armas eram demasiado destruidoras". Idem, p. 337.

[3] CARR, Edward. *Vinte anos de crise: 1919-39. Uma introdução ao estudo das relações internacionais*. 2ª ed. Universidade de Brasília; Instituto de Pesquisas em Relações Internacionais; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2001, p.40.

[4] ASHWORTH, Lucian M. Did the Realist-Idealist Great Debate Really Happen? A Revisionist History of International Relations. *International Relations*, Aberystwyth. v.16, n.1, p.33-51; SCHMIDT, Brian C. Anarchy, World Politics and the Birth of a Discipline: American International Relations, Pluralist Theory and the Myth of Interwar Idealism. *International Relations*, Aberystwyth. v.16, n.1, p.9-31.

[5] CARR, op. cit, cap. IV; WALTZ, Kenneth N. Globalization and Governance. *Political Science and Politics.* Washington. n.32, dec 1999, p.693-700.

que, na ânsia de colocá-lo sob uma das duas denominações, acabam deturpando as valorosas e inéditas contribuições do autor[6] à compreensão de um moderno sistema de relações internacionais.

Angell escreveu-o para combater a tese de que a guerra poderia trazer ganhos para a nação vitoriosa, além de ser algo natural e inerente à natureza humana. Ao contrário de outros que estão sob o rótulo de "idealistas", Angell tem a concepção de que "(..) não que a guerra seja impossível, mas é fútil e ineficaz, mesmo quando vitoriosa, como meio de alcançar aqueles objetivos morais e materiais que resultam das necessidades dos modernos povos europeus"[7]. Ele critica os "pacifistas" principalmente por, assim como os realistas, também se apoiarem nesta premissa, que tendem a argumentar em um substrato que diz: podem-se ter ganhos com a guerra, mas mesmo assim ela não pode ser feita – geralmente, por motivos morais.

Voltando ao mal-entendido descrito acima, deve-se considerar que ele existe desde a época em que ele publicou o livro, mas Angell sempre teve a preocupação de colocar nas edições subseqüentes da obra os pontos controversos levantados pelos seus leitores contemporâneos. Com estas digressões no campo da réplica aos seus críticos foi possível trazer grandes contribuições à fundamentação de suas idéias, ao sempre reiterar e explaná-las mais pormenoridazamente.

Entre estas, está o fato de achar que não se podem auferir lucros com uma guerra com uma subseqüente indenização paga pelos derrotados ou com uma anexação de uma parte do território inimigo. Afirma que isso era possível e era até uma realidade bastante benéfica para os que a empreendiam até há algum tempo; como ocorreu um progressivo desenvolvimento da divisão internacional do trabalho e das comunicações, que transformou a base na qual se davam o desenvolvimento econômico e as relações interestatais, acabou-se gerando um quadro, no qual a realidade não corresponde mais à terminologia existente, sendo esta um resíduo que sobreviveu às condições especiais em que se formou e às quais era aplicável. Por isso, o esforço de divulgar essa nova realidade é visto como uma vertente da solução do problema do conflito, já que, por ser o homem um ser racional, ao tomar contato com essas idéias, irá existir uma conseqüente mudança de seu comportamento.

Esta base proporcionou as grandes mudanças nas quais "sob a influência das finanças, a indústria começa a perder seu caráter

[6] Waltz afirma que para Angell *"wars would no longer be fought because they would not pay"*, sendo que este afirma: "não serei eu quem vai propor a redução de uma só libra no nosso orçamento militar" além de dizer "o que está ultrapassado não é a defesa, mas o ataque" e, principalmente, para refutar o entendimento de Waltz, "o enunciado aqui não é a impossibilidade da guerra, mas a sua futilidade". ANGELL, op. cit, p.282.

[7] Prefácio da edição em espanhol.

[8] Idem, p.14.

Boletim de Análise do Estado da Arte em Relações Internacionais

Publicação digital trimestral do Departamento de Relações Internacionais da Universidade de Brasília – Nº 10 – Out-Dez – 2002 – ISSN 1518-1227

Publicação digital de periodicidade trimestral do Departamento de Relações Internacionais da Universidade de Brasília, distribuída exclusivamente em *RelNet* – Site Brasileiro de Referência em Relações Internacionais (http://www.relnet.com.br).

Redação: editoria@relnet.com.br

exclusivamente nacional, assumindo uma característica cada vez mais internacional", gerando um quadro no qual "na indústria de outros países, todos os produtores têm uma dupla natureza de competidor e cliente, de rival e mercado"[8]. Pode-se entender, portanto, a complexidade da teia de crédito, que move a produção e comércio no mundo – e conseqüentemente o bem estar – como algo tecido pela confiança, sendo a principal fonte que proporciona a riqueza.

Sendo a organização da economia fundada nessa interconectividade dos fluxos de investimentos e troca de papéis que sustentam o processo, criam-se vínculos de tal forma que qualquer instabilidade em uma área que participe do processo iria minar o desenvolvimento e o bem estar das outras áreas atreladas de alguma e seria, por isso, que a guerra – entendida como processo de geração de bem estar – seria ineficaz.

Portanto, o autor consegue perceber como a integração das finanças compromete os dividendos que a guerra poderia trazer, porque sendo a riqueza intangível, ela iria necessitar sempre de segurança e confiabilidade, algo que seria subvertido pela desapropriação militar. Dessa maneira, o pânico nos mercados financeiros – comumente associado a atividades militares que comprometeriam os investimentos - destruiria toda riqueza a ser extraída por via militar.

A própria idéia de se ter grandes exércitos para "a segurança dos negócios" foi refutada pelo autor que, ao analisar os títulos da dívida de países europeus, observou que os países de maior "segurança" para os investidores eram, paradoxalmente, os que protegiam menos, em termos militares, a riqueza da nação. Com isso, chegou-se à conclusão de que a segurança da riqueza dependeria de outros fatores que não os armamentos e a simples extensão do território administrado não teria relação com a riqueza dos seus habitantes.

A prosperidade de um povo, dessa maneira, dependeria de fatores como desdobramentos comerciais e financeiros, da aptidão técnica especial para determinadas produções e da sua disciplina social e engenhosidade que seriam o resultado de anos, de gerações, talvez séculos, de toda uma tradição sustentada, com um processo lento e minucioso [9]. As armas poderiam servir para a conquista de território, mas não conseguiriam encomendas de produtos – sendo, portanto, a confiança pública na estabilidade e na eficácia dos contratos, além da competitividade produtiva, a base real do "prestígio" nacional e pessoal.

Como esses fatores não são se reverteriam de uma unicidade e, pela própria interdependência, não respeitariam as fronteiras políticas, Angell afirmou que as lutas assumiriam a forma de disputa entre grupos de cada Estado, com a cooperação de grupos afins de outros países. Desta forma, criticou a idéia de que as nações inimigas tivessem uma personalidade homogênea, ao lançar a proposta de que as comunidades de interesses se conformariam à real divisão para entender e atuar de forma mais construtiva em relação ao conflito: iriam existir não conflitos entre Estados, mas concepções.

O calcanhar de Aquiles de Angell talvez seja o fato dele primar de tal forma pela estabilidade das regiões que ele chegou a admitir a possibilidade de intervenção militar onde "condições prevalecentes impossibilitem a cooperação econômica dos outros países" sendo uma "conseqüência normal e necessária das forças sociais que levam à sustentação da ordem"[10]. Mas mesmo assim, para ele, a solução estaria em fazer com que estes países fossem "atraídos para a grande corrente da economia mundial, vinculando-se a eles certos interesses favoráveis à sustentação da ordem pública, em vez de apelar para a conquista por meio da força", sendo a força o último recurso.

Com uma confiança inabalável nestas observações, o autor afirmou que a verdadeira mudança não seria nas tentativas de um desarmamento bem ordenado ou algo que o valesse, mas sim em uma mudança nas idéias prevalecentes; até chegar a isto, estar-se-ia fadados a dois tipos de ação: a do homem prático que se limita a sustentar uma política destinada a aperfeiçoar a máquina de guerra ou o pacifista que, "diante da imoralidade e da brutalidade da guerra, condena todo o esforço de defesa."[11]. Angell, então, formula uma resposta a sua maneira ao grande problema delimitado pela tensão da noção de paz e guerra: devem-se sempre tomar medidas em prol da educação e da reforma política juntamente com meios de defesa suficientes para opor-se ao impulso agressivo subsistente, sendo lúcido o suficiente para perceber que "dedicar-se só a um dos lados da questão, excluindo o outro, é tornar o problema insolúvel"[12]. Ao analisar desta forma, ele consegue atingir de modo bem mais completo o "equilíbrio" latente que Carr observou como o estado ótimo do grande pensador de política internacional.

---

[9] ibidem, p.54.
[10] ibidem, p.109.
[11] ibidem, p.271-2.
[12] Ibidem, p.272.

*Paz e guerra entre as nações**

Carlos Rosa Silveira**

O francês Aron foi, além de filósofo da ciência, jornalista, atividade a que se dedicou boa parte de sua vida, sem deixar de lado a sua longa e rica vida acadêmica. Periódicos como Le Figaro, Combat e L'Express recepcionaram artigos seus durante a II Guerra, período em que iniciou sua luta política; após o confronto, devotar-se-ia aos seus trabalhos acadêmicos mais importantes.

O autor publicou, com competência e especial dedicação, um livro sobre a guerra, apontando sua crença na escola teórica clássica; com *Paz e guerra entre as nações*, sua obra prima, mostra sua sensibilidade e criatividade com reflexões sobre, por exemplo, o novo tipo de exército que emergiria após a II Guerra Mundial – levando em consideração os avanços tecnológicos - e os novos rumos da diplomacia. Deve ser lido por todo aquele que pretende aprender sobre seu principal objeto de estudo: o poder.

O estilo simples agrada, atiçando a atenção para um período controvertido nas relações internacionais, pelo embate ideológico, qual seja: a Guerra Fria.

O autor dispõe claramente as questões abordadas, utilizando-se da história militar com maestria para analisar hipoteticamente até um conflito nuclear. A disposição com que Aron se permitiu fazer suas asserções, com vistas a encontrar uma ordem paradigmática, fica exposta nas dimensões que tomaram as máquinas, os recursos e os espaços da instituição catastrófica que sempre acompanha o ser humano: a guerra.

Por fim, suas considerações sobre questões acadêmicas que norteiam o trabalho da área, como o papel da moral em um sistema internacional conflituoso, como o lugar reservado à diplomacia – se seria um modelo racional funcional - e como uma idéia para interpretação de questões pré-estabelecidas. É fundamental procurar estudar a conjuntura atual com uma vontade de mudança de maneira palpável, para não permanecer para sempre no campo do "dever ser".

Decano do conservadorismo, levou Kissinger a considerá-lo seu tutor no âmbito das idéias. Críticas ao marxismo não lhe faltam, principalmente em *O ópio dos intelectuais*, ao se referir justamente ao malfadado, segundo o próprio autor, modelo econômico.

Como teórico, Aron corajosamente procurou encontrar relações entre as guerras para poder proferir generalizações, que são a grande dificuldade de todas as ciências sociais. Chamam muita a atenção suas considerações sobre a paz, que classificou de equilíbrio, sobre hegemonia e império. Com sua morte em 1983, lamenta-se que ele não tenha podido assistir à queda do muro de Berlim, em 1989, que simbolizou a derrocada do socialismo, mas basta ler suas críticas a Marx para saber que ele não esperava outro destino para a política econômica adotada pelos países que seguiram a antiga União Soviética.

* Resenha de ARON, Raymond. *Paz e guerra entre as nações*. Brasília: Universidade de Brasília, IPRI/MRE ; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002, 936p. ISBN: 85 230 0095 X.

** Bacharelando em Relações Internacionais da Universidade de Brasília – UnB.

*A sociedade anárquica**

Delchi Bruce Forrechi Gloria**

> *Hedley Bull is one of the most influential theorists of his generation. His attempt to built a theory of international politics which was neither the servant of realpolitik nor the child of Wilsonian idealism remains the most convicent framework for understanding state practice*[1]

No último encontro da *International Studies Association*, foram estabelecidas mesas de trabalhos para a análise de temas delicados naquele momento: atentados terroristas, ataque ao Afeganistão, revisão das políticas de segurança humana e a discussão sobre a formação de uma Força de Ação Rápida na Europa - FARE. Não ignorando a premência da construção de estudos sobre os temas supracitados, uma das mesas destacou-se por sua base teórica: *A Sociedade Anárquica*, de Hedley Bull.

Bull certamente não tencionava elaborar um estudo empírico sobre o funcionamento daquilo que ele chamou de "(...) um padrão de atividade que sustenta objetivos elementares (...) da sociedade dos Estados"(p.13): a ordem. Para ele, o ponto de partida das relações internacionais é a existência de Estados, soberanos e independentes, que, por sua vez, interagem regularmente, construindo – mesmo que inconscientemente – um sistema entre si somente quando uma decisão impactasse e influenciasse a decisão de outros; quando criassem certos valores e interesses comuns, inclusive com regras e instituições compartilhadas. Assim, diz-se que uma sociedade de Estados está constituída.

Bull representa a escola tradicional inglesa – identificada, principalmente, por seu realismo político de meios e pela análise sistêmica que ele próprio ajudou a desenvolver – sendo um representantes da abordagem de Martin Wight, recusando, aprioristicamente, as tentativas de construções baseadas na utopia, a qual declara inconsistente com a natureza da sociedade internacional que seria a pura anarquia hobbesiana.

Neste ponto, Bull estabelece um diálogo claro entre os paradigmas das relações internacionais, ao defender a lógica racionalista de Grotius, que retoma premissas realistas e idealistas, conseguindo posicionar-se em um campo que foi renomeado como neogrotiano. O estabelecimento de princípios baseados no direito natural denunciam seu autor: não há direito constituído no ataque a outra entidade - indivíduos ou Estados - por todos possuírem crenças, princípios ou normas voltadas à preservação da vida; deve haver o cumprimento da palavra dada – princípio do *pacta sunt servanda* – e da proteção da propriedade.

Para alguns teóricos, o paradigma grotiano e suas derivações encontram-se não como uma nova coletânea de princípios – digna de ser estudada como nova teoria – mas como posicionamento intermediário entre o realismo hobbesiano e o idealismo fortificado em Kant. Essa posição intermediária geraria uma linha conceitual chamada de realismo grotiano, que difere de sua contraparte hobbesiana apenas por abster-se do império da força, utilizando o império do direito.

O farto material que diferencia Bull dos realistas hobbesianos deriva das primeiras páginas de sua obra, onde começa sua construção não pela afirmação do poder e da primazia do Estado, mas pela análise do poder pela organização – explícita ou tácita – entre os Estados como ordem, sistemas ou sociedades, preterindo-se países isoladamente. Além disto, o autor utiliza-se de um humanismo weberiano, sustentado por sua formação histórica e por seu manifesto interesse em dissociar o Estado de sua histórica concepção divina, onde poderia indicar o que cada indivíduo poderia ou deveria fazer.

Ao partir para a análise do equilíbrio de poder, Bull retoma Vattel, dizendo que uma situação de equilíbrio é aquela onde uma nação não possui recursos de poder suficiente para impor uma lei às demais. Afirma que a

---

*Resenha de BULL, Hedley. *A sociedade anárquica*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado; Brasília: Universidade de Brasília, FUNAG, 2002. 358p.ISBN: 85 7060 040 2.

** Bacharelando em Relações Internacionais da Universidade de Brasília – UnB e editor assistente de RelNet – Site Brasileiro de Referência em Relações Internacionais.

[1] WHEELER, Nicholas, DUNE, Timothy. Hedley Bull's Pluralism of the Intellect and Solidarism of the Will. *International Affairs*, Londres, v. 72, n.1. p. 91-107, jan/1996.

existência de um sistema com estas características impede a formação de um império unificado, permitindo que Estados soberanos não perdessem essa, que é, para os realistas, sua principal virtude.

"A guerra é a violência organizada promovida pelas unidades políticas entre si", p.211. Partindo desta concepção, Bull distingue a tipologia da guerra no moderno sistema de Estados, que pode iniciar-se a partir de um Estado, de um sistema de Estados ou de uma sociedade. A primeira refere-se a uma política pela qual se pode atingir um objetivo; a segunda mostra a guerra como um "determinante fundamental da forma assumida pelo sistema em qualquer tempo", p.214; a última, que surge de uma sociedade – principal objeto de Bull – pode evidenciar a desordem da sociedade ou o simples instrumentalismo utilizado também quanto surge por um sistema de Estados. Partindo da famosa expressão de Clausewitz, Bull afirma que a guerra deixou de ser a continuação da política, por outros meios, haja vista a existência de armas atômicas que forçam a construção de um debate, posicionando a guerra como o final do uso da política.

O autor apresenta alternativas para o sistema de Estados contemporâneo para reduzir a belicosidade e a ameaça constante – apresentada principalmente durante a Guerra Fria – que compreenderia um controle de armamentos, tentando estabelecer uma cristalização do *status quo*, já que a preponderância dos EUA e da URSS durante os anos anteriores à redação do livro era nítida. A sugestão de uma maior solidariedade entre os Estados, regidos por um sistema jurídico unificado na pessoa das Nações Unidas, vai ao encontro do pensamento grotiano por entender que estas entidades, desgostosas com a idéia da formação de "um governo mundial", buscariam alternativas cooperativas para a redução das incertezas e para a conseguinte estabilização das relações de poder - restringindo ou até mesmo abolindo o recurso à guerra. Uma situação emergente nos anos de Bull era a difusão da tecnologia nuclear, possibilitando que vários países estivessem cobertos por nações nucleares, em uma forma de contenção das atitudes belicosas.

Ao vislumbrar mudanças nas conjunturas que condicionam o funcionamento das relações internacionais – seja em um sistema ou em uma sociedade de Estados –, diz Bull:

> "As grandes potências existem, queiramos ou não: se prevalece a paz ou a guerra, a segurança ou a insegurança no conjunto do sistema político mundial, é algo determinado mais pelos grupos de liderança dentro dessas potências do que por qualquer outro grupo. Enquanto as grandes potências continuarem a manter esta posição, a ordem mundial será melhor atendida pela harmonia entre elas, em lugar da discórdia", p.334.

Ele ainda refere-se a dois modelos de reforma do sistema de Estados: o regionalismo – terceiro-mundista por excelência – e a revolução, tipicamente marxista. O primeiro peca por não tentar escapar do sistema, mas por posicionar seus membros sob uma hegemonia específica, apenas reforçando as colunas de uma ou outra potência; o segundo prega a superação do Estado – e concomitantemente do sistema de Estados – muito mais que sua reforma, sendo, portanto, incapaz de assegurar novos padrões estruturais ao relacionamento internacional.

Conclui a obra ao afirmar que é melhor que se aceite o sistema como ele é do que fingir ver outro, que seria diferente. De fato, as conclusões contrafactuais foram descartadas por Bull, que prefere a consistência do racionalismo – historicista e mesmo teórico – em detrimento de qualquer outra capacidade imaginária de observação científica da política internacional.

A Amazônia para os negros americanos: as origens de uma controvérsia internacional*

André Luiz Ferreira Melo**

A presente obra, considerada um clássico das relações brasilíco-estadunidenses, foi realizada por meio de pesquisas em arquivos americanos e brasileiros, com consistentes e amplas informações. Foram pesquisadas, pela autora, várias correspondências, memorandos, ofícios, relatórios e despachos dos governos brasileiro e americano, além de artigos de jornal de ambos os países. O livro situa-se entre as demais obras sobre a política exterior no Império Brasileiro e é uma obra importante sobre um determinado episódio do período: a barganha dos Estados Unidos perante o Brasil sobre a liberdade de navegação no rio Amazonas. Esse assunto, que não é tão lembrado em discussões acadêmicas, é desenvolvido com extrema habilidade por Nicia Vilela. A forma como a autora trata o assunto permite ao leitor compreender a maneira como a diplomacia imperial brasileira e a norte-americana atuavam em meados do século XIX.

O foco do livro são os esforços americanos para convencer o governo brasileiro a abrir o rio Amazonas à navegação com objetivos essencialmente comerciais. A questão da transferência dos negros do sul dos Estados Unidos foi mais uma cogitação de um oficial da Marinha que nunca foi realmente levado a sério pelos altos funcionários do Executivo desta nação.

No início, a autora descreve as raízes do encantamento do mundo pela diversidade amazônica. A região brasileira era imaginada tanto como o ideal de beleza natural e selvagem, como também era alvo da cobiça ao ouro. A literatura européia tratava de incentivar o imaginário popular, ao explorar as supostas riquezas naturais da Amazônia, que seria o lugar para a formação de uma sociedade ideal, com ilustres mentes européias. O fato da inutilização dessa parte do território sul-americano era um argumento em favor da colonização européia na Amazônia: idéia que teve maior sucesso quando da percepção de uma possível ligação entre as bacias do Prata e do Amazonas.

Essas fantasias concebidas nas mentes de românticos teriam sucesso junto à classe média anglo-saxã e o Tenente da Marinha americana, Matthew Fontaine Maury, seria o grande propagador, em seu país, da idéia de colonização amazônica. Maury teria em vista, por trás da defesa dos ideais liberais de comércio, a salvação do sistema escravista do sul dos EUA. Como a autora aponta, ele realmente queria facilitar a transferência dos negros americanos para a Amazônia, pois eles seriam a 'raça' mais bem adaptada ao clima e geografia amazônicos. O sistema escravista, portanto, seria mantido por meio do artifício fundado na transferência de toda um grupo.

A sociedade americana teria sido agitada e iludida por essas idéias, propagadas por meio da imprensa norte-americana. Os jornais não economizavam críticas ao governo brasileiro, alegando uma política egoísta por parte dele, já que o Império advogava a favor da abertura da bacia do Prata, porém não permitia a navegação de nações não ribeirinhas no Amazonas. Como cita a autora, o governo estadunidense, entretanto, não partiu para uma atitude agressiva em relação ao Brasil, pois considerava importante a relação de amizade com ele e preferiu utilizar de todos as estratégias diplomáticas para convencê-lo a ceder a navegação no Amazonas.

O governo brasileiro, porém, sempre esteve receoso e procurou prorrogar a decisão sempre que possível, alegando dificuldades em relação às fronteiras com os países vizinhos no norte da América do Sul, falta de estrutura para manter o controle da navegação e a incapacidade de o Brasil suportar a concorrência comercial com os EUA. O governo imperial foi, contudo, rígido ao rejeitar o argumento norte-americano de que a navegação na bacia amazônica era apoiada no Direito Natural: o Amazonas, na visão americana, seria comparado ao mar, aberto à navegação para todos. Segundo o Brasil, navegar o Amazonas seria uma questão de Direito Convencional e considerava justo e seguro permiti-lo apenas às nações ribeirinhas.

Também a política das nações ribeirinhas ao Amazonas foi estudada pela autora. Como ela esclarece, as independências dos demais países latino-americanos foram, diferentemente do que ocorreu no Brasil, realizadas com maior vontade de se desvencilhar dos laços coloniais, de tal forma que, para essas novas repúblicas, a aproximação com os Estados Unidos era vista como algo positivo para a consolidação de suas novas instituições republicanas. O Brasil, então, situava-se numa má situação, já que deveria diminuir a influência americana sobre essas nações ribeirinhas, se quisesse ter maior poder para resistir à abertura da bacia amazônica.

---

* Resenha de LUZ, Nícia Vilela. *A Amazônia para os negros americanos: as origens de uma controvérsia internacional*. Rio de Janeiro: Saga, 1968, 187 p.

** Bacharelando em Relações Internacionais da Universidade de Brasília – UnB.

*UN and Changing World Politics**

Rafael Schleicher**

O fim da Guerra Fria criou oportunidades de participação da sociedade civil nas mais diversas áreas, condição que antes era mínima ou quase inatingível. A participação ativa de entidades não governamentais organizadas traz consigo um forte dilema para a política internacional: a participação da sociedade civil torna a soberania estatal um conceito cada vez mais volátil, pois temas que antes eram restritos ao domínio dos Estados passam a ser de interesse coletivo. Com a descentralização em torno da figura da sociedade civil internacional, tomam lugar também movimentos contrários de integração entre os Estados com o objetivo de mudar a natureza da autoridade. Este duelo entre forças centrípeta e centrífuga caracteriza grande parte dos movimentos na política internacional nos anos 90 e dá luz a um dos principais dilemas das Nações Unidas: como contrabalançar *raison d'état* com as demandas da sociedade civil internacional?

Tal dilema está no cerne da descrição do desempenho das Nações Unidas, bem como de suas agências especializadas, feita pelo presente livro, que representa um dos maiores esforços de compilação das atividades da ONU, quando do seu qüinquagésimo aniversário, em um manual didático, delineado para atender as áreas de relações internacionais e direito internacional. Para atingir este objetivo, os autores utilizam duas importantes ferramentas metodológicas: análise política, com enfoque especial sobre como as relações de poder e interesse afetam os resultados do processo político e a análise histórica, ou melhor, como transformar as experiências históricas em lições e como elas afetam o processo político presente.

Da análise política, emerge o fio condutor do raciocínio que canaliza a discussão histórica ao longo da obra. Quando o sistema internacional foi construído em meados do século XVI, ele teve os Estados como seus alicerces. O princípio, ou melhor, o conceito que permitiu que tal sistema fosse centralizado na figura do Estado foi a soberania que, a partir da definição clássica de Bodin, torna absolutas, dentro dos limites territoriais estabelecidos, as decisões que emanam destas entidades de organização social. Como as decisões de cada Estado individualmente são absolutas e inquestionáveis por parte de outro Estado, qualquer sistema internacional torna-se uma sociedade anárquica, segundo Hedley Bull, caracterizada pela inexistência de cooperação interestatal e regras que condicionem suas condutas.

Após os dois grandes choques mundiais militares, emerge o sistema da ONU para estabelecer um padrão de cooperação entre os Estados como forma de garantir a segurança no sistema internacional, ou seja, para conservar determinada ordem mundial. Todavia, a cooperação internacional através da delegação de certa autonomia à ONU implica necessariamente alguma perda real de poder do Estado no sistema internacional, já que anteriormente ele era a unidade decisória exclusiva deste meio. Tendo em vista o fato de que a ONU é uma organização intergovernamental, os interesses nacionais influenciam fortemente os resultados processo decisório, condicionando a capacidade dela de enfrentar desafios internacionais de forma isenta e eficiente.

O fim do conflito Leste-Oeste, entretanto, trouxe consigo dois grandes avanços: inovações nas tecnologias da informação e comunicação e a facilitação dos fluxos de bens e pessoas, com enfoque especial para os incrementos nos fluxos comerciais entre regiões. Os interesses nacionais e a exclusividade dos Estados no processo decisório internacional passaram a ser compensados pelas atividades de microentidades organizadas, como as organizações não governamentais (ONG's), e pelo surgimento de uma solidariedade moral internacional transcrita nos interesses da sociedade civil internacional, consoante Wapner. O cerne do raciocínio que permeia a análise presente nesta obra é o choque de interesses entre forças centralizadoras (Estados) e forças descentralizadoras (todos elementos da sociedade civil internacional). As considerações sobre a capacidade da ONU de conciliar estas duas forças, que não são essencialmente opostas, traz à tona o dilema central que permeia a discussão sobre a reforma desta organização: são as Nações Unidas apenas um *framework for action* ou possui ela a capacidade de executar as determinações que emanam de seu processo decisório?

A disposição do livro em 3 áreas temáticas corresponde ao fato de serem

* Resenha de WEISS, Thomas, FORSYTHE, David, COATE, Roger. *UN and Changing World Politics*. Boulder: Westview, 1997, 319 p. ISBN: 08 133996 29.
** Bacharelando em Relações Internacionais da Universidade de Brasília – UnB.

elas as unidades fundamentais de organização da cooperação internacional e suas interconexões o sentido de toda esta atividade. Os vínculos existentes entre segurança internacional, direitos humanos e desenvolvimento/meio ambiente constituem pilares fundamentais para o entendimento da dinâmica, das divergências e de muitas outras peculiaridades do processo decisório que deram origem à história da ONU. A segurança para manutenção da paz é a razão essencial para a sua existência. No entanto, a segurança internacional não é constituída somente pelas respostas militares diretas a ações militares consideradas ameaçadoras para a ordem internacional vigente. Ela engloba tanto a segurança dos Estados quanto a dos indivíduos. O respeito e resguardo das garantias individuais, através de normas multilateralmente reconhecidas, são um passo importante tanto para a prevenção quanto para o manejo de conflitos. À medida que os seres humanos são capazes de ter suas necessidades materiais satisfeitas sem comprometer gerações futuras, mantêm-se a ordem e a paz internacional e encaixa-se perfeitamente o desenvolvimento e o meio ambiente neste quadro analítico.

Os autores, todavia, não constroem apenas uma análise bem sucedida da história dos 50 anos da ONU. Tecem eles inferências para o futuro desta organização, a partir da análise das lições históricas que puderam ser apreendidas, ou seja, da análise dos interesses que motivaram cada ator em determinado período histórico e corroboraram para o surgimento de determinado processo. A primeira destas lições é o gradual reconhecimento dos Estados em relação aos benefícios da ação coletiva em detrimento das ações individuais. A intensidade em que o consenso político é alcançado delineia a segunda lição. Na área de segurança, há menos descentralização, porém mais facilidade no alcance de consenso. Nos direitos humanos, o consenso entre os atores da sociedade internacional obteve grau suficiente para a normatização. Já na ambiental, a falta de um elemento de coordenação dos interesses dispersos pela multiplicidade de focos de governança compromete o consenso. Por fim, a terceira lição trata do *enforcement* das normas e do dilema central da ONU, que é relativo à vontade de os Estados não cederem parte de seu poder decisório voluntariamente, nem ceder recursos suficientes que lhe permitam uma autonomia maior do que a que ela já possui.